

U4 Helpdesk Answer

CMI | U4 ANTI-CORRUPTION
RESOURCE CENTRE



U4 Helpdesk Answer 2024: 34

Riscos de integridade nos mercados de carbono em Moçambique

Os mercados do carbono são mecanismos novos para regulamentar e reduzir os gases com efeito de estufa. No entanto, estes ainda não são totalmente transparentes e carecem de supervisão sólida. Como tal, apresentam diferentes riscos de integridade, sobretudo em países com instituições fracas e dificuldades em impor sanções. Os desafios que os mercados do carbono apresentam devem levar a uma maior cooperação entre países e dentro dos mesmos, especialmente quando exigem a coordenação de diferentes setores. Os mercados do carbono podem pressupor agentes a níveis muito diferentes como, por exemplo, as comunidades locais em que alguns dos projetos decorrem ou a empresa final que compra os créditos de carbono num país diferente. Assim sendo, a colaboração entre níveis de governo, setores e agentes internacionais pode ajudar a identificar e abordar as questões de integridade.

4 de março de 2024

AUTOR

Gabriela Camacho (TI)

tihelpdesk@transparency.org

REVISTO POR

Carmeliza Soares da Costa Rosário (U4)

Caitlin Maslen e Gvantsa Gverdsiteli (TI)

MATERIAL U4 RELACIONADO

- [Mozambique: Overview of corruption and anti-corruption \(2020\)](#)
- [Natural resource management transparency and governance \(2017\)](#)
- [Addressing land corruption for climate justice \(2023\)](#)
- [Corruption blindspots in international cooperation on climate action: Building governance and accountability to deliver article 6 of the Paris agreement \(2021\)](#)

As respostas do serviço de assistência são informações de investigação personalizadas compiladas no espaço de dez dias úteis.

O serviço de assistência da U4 é um serviço de investigação gratuito operado em colaboração com a Transparência Internacional.

Consulta

Forneça uma descrição geral das questões relacionadas com integridade, transparência e responsabilidade na regulamentação dos mercados do carbono. Que riscos devem ser considerados no caso de Moçambique, sobretudo em relação ao setor ambiental?¹

Índice

1. Introdução aos mercados do carbono
 - a. Principais conceitos
 - b. Políticas e mecanismos
2. Riscos de integridade nos mercados de carbono
 - a. Conceção do projeto e riscos de implementação
 - b. O mercado e os respetivos intermediários
 - c. Supervisão do mercado e aprovação de projetos
 - d. Problemas de estimativa e monitorização
 - e. Duplicações contabilísticas
 - f. Tráfico de influências e "lavagem verde"
3. Riscos de integridade no mercado do carbono na África subsariana
4. Riscos de integridade no mercado do carbono em Moçambique
 - a. Riscos gerais
 - b. O mercado do carbono e os riscos de integridade
5. Governação nos mercados do carbono moçambicanos
 - a. O nível internacional
 - b. O nível nacional
 - i. Comunidades locais
 - ii. Colaboração
 - iii. Transparência
 - iv. Administração de terras
6. Conclusão
7. Referências

PONTOS PRINCIPAIS

- Existem riscos de integridade, transparência e responsabilidade no mercado do carbono incluindo fraude e corrupção (captura pelas elites, suporno, manipulação de dados e abuso de influência sobre o desenho de políticas e as instituições).
- Um dos maiores riscos está relacionado com a terra, sobretudo no contexto de posse de terras frágil. Em África, assim como noutras partes do hemisfério sul, um fenómeno intitulado "apropriação verde", em que a apropriação de terras é justificada em relação a questões do meio ambiente, tem sido associado ao desenvolvimento de créditos de carbono.
- Uma vez que a compensação para o carbono necessita de poupança de emissões que, caso contrário, teriam ocorrido, o cenário contrafactual necessário pode estar sujeito a especulação.
- As duplicações contabilísticas, através das quais uma compensação de carbono é contada a favor de dois emissores diferentes, são um problema intrínseco dos mercados do carbono que exige uma governança internacional mais forte para que o mercado alcance o objetivo de redução de emissões.

¹ O presente texto segue as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa.

Introdução aos mercados do carbono

Principais conceitos

Os mercados do carbono surgiram para ajudar a abordar as alterações climáticas, focando a respetiva origem: a acumulação de gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera. Estes instrumentos baseados no mercado colocaram um preço nas emissões de GEE, o que significa que existem incentivos económicos para passar para fontes de energia mais sustentáveis (BMWK s.d.)².

A lógica por trás dos mercados do carbono é que, em termos da atmosfera, não é relevante o local onde as emissões são geradas e, por isso, é possível que a comunidade internacional acorde um "orçamento de carbono" total que oriente as emissões gerais e que as reduções de emissões sejam trocadas nos mercados do carbono (Carbon Market Watch 2024). Isto permite um mercado do carbono em que os países podem transferir créditos de carbono obtidos através da redução das respetivas emissões de GEE para outros a fim de estes poderem cumprir os seus próprios objetivos de emissões. Em última análise, tal significa que os países que poupam nas suas emissões recebem créditos que podem vender no mercado a emissores de GEE. Esta transação é intitulada "compensação", ou seja, uma empresa ou país que esteja a emitir mais do que o permitido pode comprar créditos de carbono (Carbon Market Watch 2024; JLA advogados s.d.; Kill 2013).

Num regime de limitação e transação de emissões, um governo define um limite e, em seguida, emite "licenças de emissão" consistentes com o limite definido (Center for Climate and Energy Solutions s.d.). Quando uma empresa emite GEE, devolve uma licença ao governo (Carbon Market Watch 2024). As empresas que conseguem reduzir as respetivas emissões podem vender quaisquer licenças em excesso a outras empresas (Center for Climate and Energy Solutions s.d.). As emissões são limitadas pelo governo e a transação só acontece em termos destas "licenças para emissão". Isto é diferente dos créditos de carbono.

Um crédito de carbono negociável é equivalente a uma tonelada de dióxido de carbono, ou a quantidade equivalente de um GEE diferente reduzido, captado ou evitado (PNUD 2023b:5). Os mercados voluntários de carbono incentivam o investimento do setor privado em relação a projetos de fixação de carbono que reduzem as emissões de GEE (JLA advogados s.d.). Os mercados do carbono globais são quase exclusivamente mecanismos de transação de créditos de carbono (Carbon Market Watch 2024).

Por vezes, os mercados do carbono são diferenciados entre mercados voluntários e regulamentados. Um mercado voluntário inclui empresas e organizações que decidem comprar créditos de carbono (Carbon Market Watch 2024). Os mercados de carbono voluntários são diferentes dos mercados de carbono regulamentados que surgem de requisitos (PNUD 2023b). Num mercado de carbono regulamentado, os países e as empresas participam para cumprir os respetivos objetivos de emissões obrigatórios (Carbon Market Watch 2024). No entanto, à medida que os

² Para obter mais informações sobre os mercados de trabalho, consulte o artigo do PNUD: [What are carbon markets and why are they important?](#) (2022).

mercados do carbono crescem, esta distinção torna-se menos relevante e, na maioria dos casos, qualquer mercado pode ser caracterizado como voluntário e regulamentado, de acordo com a forma e os objetivos com que os participantes o estão a usar (Carbon Market Watch 2024). Esta Helpdesk Answer refere-se aos riscos de integridade, transparência e responsabilidade que podem estar presentes em ambos os tipos de mercado.

Os créditos de carbono podem ser transacionados repetidamente e a maioria não tem prazo de validade até um comprador final usar os mesmos para compensar algumas das respetivas emissões ou para reivindicar uma contribuição relativa a uma ação climática ou neutralidade de carbono, momento em que os créditos são "retirados" (Carbon Market Watch 2024).

Políticas e mecanismos

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é um mercado de carbono resultante do Artigo 12 do Protocolo de Quioto, um tratado internacional da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC) que entrou em vigor em 2005. O mecanismo permite que países com compromissos de emissão implementem um projeto de redução de emissões em países em desenvolvimento. Estes países podem comprar créditos de carbono conhecidos como reduções certificadas de emissões (RCE) de países em desenvolvimento (Carbon Market Watch 2024). O MDL terminou efetivamente em 2021.

O Acordo de Paris é um tratado internacional juridicamente vinculativo da CQNUAC adotado em 2015. O objetivo final do acordo é controlar a subida da temperatura média global e limitar a mesma a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais (CQNUAC s.d.). O Artigo 6 do Acordo de Paris reconheceu que algumas partes³ podem procurar voluntariamente cooperação para alcançar os respetivos objetivos climáticos, o que significa que podem transacionar créditos de carbono. Foram criados dois instrumentos baseados no mercado: governos que transacionam emissões de gases com efeitos de estufa (GEE) entre si; e entidades do setor privado que transacionam emissões de GEE com a supervisão da CQNUAC e a autorização dos respetivos governos (PNUD 2023b). O segundo mercado é semelhante ao MDL, mas não está limitado a projetos em países em desenvolvimento (Carbon Market Watch 2024).

Por último, a Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal em Países em Desenvolvimento (REDD+) é uma abordagem que procura preservar as florestas tropicais ao mesmo tempo que apoia o desenvolvimento sustentável das comunidades que dependem das mesmas (JLA advogados s.d.). Foi implementada ao abrigo da CQNUAC para ajudar os países em desenvolvimento a receber financiamento para protegerem as respetivas florestas e não contemplava a criação de créditos de carbono (Carbon Market Watch 2024). Foi posteriormente reformulada por normas privadas para gerar créditos de carbono através de projetos florestais e tornou-se a política florestal dominante (Carbon Market Watch 2024; Cabello & Kill 2022).

³ 195 de 198 das partes que participam da CQNUAC são partes também no Acordo de Paris. Este entrou em vigor a 4 de novembro de 2016.

Existem muitos participantes diferentes no mercado do carbono, o que complica a situação. Desde o utilizador final ao "criador" do crédito de carbono, conseguimos identificar: empresas e estados que compram créditos de carbono, fundos de investimento e intermediários financeiros que os transacionam, países onde decorrem os projetos de compensação de carbono, empresários à procura de possibilidades para projetos, executores de projetos e as comunidades locais que podem ser uma parte direta do projeto ou podem ser afetadas pelo mesmo.

Riscos de integridade em mercados de carbono

A compensação de carbono como uma estratégia de mitigação é alvo de muitas críticas (Stabinsky 2021; Power Shift 2023; REDD Monitor 2014; Lang 2022; World Rainforest Movement 2020; Civil Society Open Letter 2023). Por exemplo, o MDL foi considerado por algumas pessoas como tendo falhado o objetivo de reduzir os GEE, uma vez que muitos dos projetos que venderam créditos teriam acontecido sem o mercado ser necessário, e países que compraram os créditos fizeram-no em vez de reduzirem as respetivas emissões através de outros esforços (Carbon Market Watch 2024).

Os mercados de carbono também podem criar incentivos perversos que as empresas podem usar em vez de reduzirem as respetivas emissões, não tendo assim um impacto na descarbonização da economia (Carbon Market Watch 2024). Também permanece pouco claro se realmente causaram menos reduções (Carbon Market Watch 2024; Power Shift 2023; REDD Monitor 2014).

Existem graves problemas de integridade em torno das compensações de carbono, incluindo

duplicações contabilísticas das reduções das emissões de GEE, violações dos direitos humanos e "lavagem verde" (PNUD 2023b; Lutz 2023). Estes permanecem bastante complexos uma vez que transacionam "bens" criados artificialmente – créditos ou licenças de emissão (Betz et al. 2022). Uma vez que os mercados são opacos e os preços secretos (Barrat and Sandler Clarke 2022), surgem problemas de responsabilidade e transparência. Muitos destes projetos implicam o uso de terras rurais muitas vezes habitadas por comunidades vulneráveis como populações indígenas e povos que vivem nas florestas. Os riscos de corrupção REDD+ incluem captura pelas elites, suborno, manipulação de dados e abuso de influência sobre o desenho de políticas e as instituições (Transparency International 2021b). Os projetos REDD também podem exacerbar uma aplicação fraca da legislação, corrupção e disputas de propriedade de terras (REDD Monitor 2014).

Conceção de projetos e riscos de implementação

Na fase de conceção de um projeto, alguns projetos de compensação de carbono focam-se não em evitar a desflorestação, mas sim na reflorestação. Por vezes, os projetos de compensação de carbono que utilizam plantações de monocultura levaram a conflitos com as comunidades que vivem nas plantações, ou nas proximidades, pois estas comunidades não só não beneficiam dessas plantações, mas também estas afetam o seu meio de subsistência e atividades agrícolas (World Rainforest Movement 2020). As plantações das árvores com fins industriais também podem ter impacto na água (World Rainforest Movement 2020), o que pode resultar em problemas adicionais.

Além disso, os projetos de reflorestação que alegam compensar as emissões e ajudar a mitigar as alterações climáticas são problemáticos por outros motivos, incluindo o facto de selecionarem áreas onde os títulos de propriedade são maioritariamente precários, vulneráveis ou não reconhecidos pelo estado (World Rainforest Movement 2020). Estes são riscos para as populações indígenas e as comunidades que dependem das florestas, uma vez que a sua subsistência pode ser posta em causa com estes projetos (Transparency International 2021b).

A localização destes projetos, determinada na fase de conceção do projeto, é frequentemente longe de centros urbanos com instituições para aplicar a lei, e as condições assimétricas do projeto em relação às comunidades vulneráveis podem criar riscos adicionais. No Quênia, por exemplo, existem alegações de exploração sexual (sextortion) num projeto de compensação de carbono, em que homens em cargos superiores de uma empresa se aproveitaram dos respetivos cargos para exigir atos sexuais de membros da comunidade local, ameaçando-as de despedir os respetivos maridos do projeto se não concordassem em fazê-lo (Transparency International 2023b).

Isto significa que, durante a implementação do projeto, concessões de terras, acordos favoráveis e licenças para plantações de árvores em grande escala podem ser impulsionados pelo financiamento de campanhas políticas e/ou subornos diretos (World Rainforest Movement 2020). O direito ao consentimento livre, prévio e informado (FPIC - free prior informed consent) não é sempre respeitado. Os projetos podem obter o consentimento da comunidade através de subornos, informações incorretas ou ameaças, ou podem convencer (através do tráfico de influências) o governo a intervir em seu nome. No Peru, por exemplo, as comunidades locais foram consultadas apenas depois de um projeto ser aprovado (REDD

Monitor 2014). Na Malásia, os direitos a carbono e outro capital natural florestal foram concedidos a uma empresa sem experiência no mercado de créditos de carbono e sem consulta ou participação pública adequada de proprietários de terras indígenas (Donald 2021).

Outros riscos de corrupção conhecidos incluem colusão, subornos, apropriação de terras e consentimento prévio, entre outros. Na Ucrânia, por exemplo, a aprovação de projetos de carbono depende de ligações e pagamentos paralelos, em vez da sua qualidade (The Guardian 2015). Adicionalmente, podem ser usados subornos para que os inspetores ignorem infrações ou para criar títulos de propriedade ou direitos de carbono fraudulentos (PNUD 2011). Normalmente, os projetos têm de ser validados por um auditor independente que é habitualmente pago e selecionado pelo promotor do projeto (Carbon Market Watch 2024), o que pode levar a conflitos de interesse.

O mercado e respetivos intermediários

Existe o risco de manipulação do mercado, que se refere a participantes do mercado a influenciarem o mercado para ganho pessoal através de inflação artificial e deflação de preços. Este risco é agravado pelo facto de o setor dos mercados de carbono ser uma competição imperfeita e pelo facto de as atividades de intermediários que trabalham no mercado permanecerem muito obscuras (Betz et al. 2022; Carbon Market Watch 2023).

Os intermediários podem vender créditos de carbono baratos de baixa qualidade a um preço inflacionado, tirando partido da assimetria de informação de um mercado pouco claro (Carbon Market Watch 2023). Uma investigação demonstrou que muitos pagamentos de

compensação de carbono não vão para projetos de conservação nem para ações climáticas, mas que acabam nas mãos de agentes que os vendem a preços inflacionados (Barrat and Sandler Clarke 2022). Isto distorce a quantidade de dinheiro que vai para os projetos de mitigação (Carbon Market Watch 2023). Enquanto, nestas situações, a maior parte do pagamento vai para empresas ou intermediários que não fazem nada para combater as alterações climáticas (Barrat and Sandler Clarke 2022). É difícil para o comprador saber esta informação porque a maioria dos intermediários não divulga as suas margens de lucro nem as suas taxas (Carbon Market Watch 2023).

Para além de agentes ou intermediários financeiros, existem provas da existência de "cowboys do carbono" (de Jong et al. 2014). Estes são empresários que abordam as comunidades locais e as organizações indígenas para transacionarem créditos de carbono em seu nome, de forma a poderem beneficiar das vendas (a que as comunidades locais têm direito), tal como visto no Peru ou Colômbia (de Jong et al. 2014; REDD Monitor 2014). Estes "cowboys" podem excluir ou enganar as pessoas e governos e causar danos (Donald 2021). No caso do Peru, por exemplo, um "cowboy do carbono" conseguiu fazer um acordo com duas organizações indígenas ao visitar a região e estabelecer contactos com os líderes das comunidades (de Jong et al. 2014). No Brasil, uma empresa abordou uma comunidade tradicional e apresentou as suas propostas para convencer os representantes a assinar contratos em inglês – um idioma não falado pela população – para facilitar a venda de créditos de carbono. A empresa excluiu informações básicas como os potenciais riscos e quais as terras abrangidas pelo acordo (Schramski and Neto 2023). Embora isto, por si só, não seja um exemplo de corrupção, ilustra os desafios mais abrangentes dos mercados do carbono e a sua falta de supervisão.

Supervisão do mercado e aprovação de projetos

Várias questões podem surgir no contexto da comercialização de créditos de carbono, uma vez que este é um mercado relativamente novo com sistemas de monitorização financeira fracos. Devido ao componente internacional das alterações climáticas, as disposições de governação para os mercados do carbono são complexas. Estas implicam a coexistência de agentes privados (não só os envolvidos nas transações, mas também as normas e os verificadores de créditos de carbono) com agentes públicos e estão sujeitas a governação transnacional (Betz et al. 2022). Enquanto parte da governação é definida por tratados internacionais (por exemplo, o Acordo de Paris no âmbito da CQNUAC), a autorização de um projeto ocorrerá ao nível nacional e a validação e verificação são normalmente realizadas por um agente privado (um certificador de créditos de carbono) (Betz et al. 2022). Devido a este cenário fragmentado, a regulamentação pode ser irregular e insuficiente e, como tal, permitir a ocorrência de abusos (Betz et al. 2022) e corrupção.

Quando o âmbito do mercado não é congruente com os níveis de governação e supervisão (por exemplo, um mercado em que diferentes partes são abrangidas por governação ao nível da UE e ao nível nacional), o risco de fraude é maior (Betz et al. 2022).

Casos de fraude podem surgir e incluir: imposto sobre o valor acrescentado; branqueamento de capitais; evasão fiscal; roubo de licenças (emissão de transferências não autorizadas ganhando controlo de uma conta de registo de negociação através de roubo de dados pessoais); e venda de licenças ou créditos falsos (Betz et al. 2022). Em França, por exemplo, um grupo criminoso organizado comprou créditos de carbono sem IVA

e, em seguida, vendeu-os em França com IVA, mas sem pagar o mesmo ao estado (Transparency International 2021a).

Outro tipo de fraude é a venda de créditos de carbono de projetos que não existem ou que não causaram reduções de carbono adicionais, como aconteceu com alguns projetos na Rússia e Ucrânia, que foram considerados como não tendo levado a reduções adicionais ou que foram suspeitos de nem sequer terem existido (The Guardian 2015).

Conflitos de interesses e desvio de fundos também podem ocorrer a este nível. Na Eslováquia, as unidades de emissão foram transacionadas a metade do respetivo preço de mercado e alocadas a uma pequena "empresa-fantasma" que depois vendeu as unidades a um preço inflacionado. O partido do ministro responsável pela transação tinha ligações à empresa (Transparency International 2021c; Betz et al. 2022).

Problemas de estimativa e monitorização

O elemento principal de um projeto de compensação de carbono é impedir que carbono seja libertado para a atmosfera ou captar carbono do ambiente. Isto significa que projetos em compensação de carbono florestal têm de estimar a linha de base de quanto carbono seria libertado ou captado sem o projeto e, em seguida, estimar como o projeto ajudaria a mitigar a situação (Kill 2013). Uma vez que os projetos não devem ser os seus próprios avaliadores, créditos de carbono certificados são verificados por organizações acreditadas que podem certificar os mesmos de acordo com as respetivas normas ou uma normal desenvolvida internacionalmente (como a desenvolvida para o MDL).

Por exemplo, os projetos de desmatamento evitado estão assentes numa estimativa do que teria acontecido em termos de desflorestação sem o projeto e a diferença na captação de carbono, que se assume ser resultante do projeto. Esta estimativa é posteriormente transformada em créditos de carbono (Greenfield 2023). A medição destes créditos de carbono é intrinsecamente difícil por vários motivos. Em primeiro lugar, lida com um cenário contrafactual e exige alguma especulação, por exemplo, poderia ser alegado que a exploração madeireira ilegal teria desflorestado uma área específica, mas também poderia acontecer de um país ter desenvolvido melhores agências de aplicação da lei durante o mesmo período que teriam evitado essa situação sem o projeto.

Em segundo lugar, a única forma de medir corretamente quanto carbono está armazenado numa árvore é medir a respetiva biomassa, para o qual seria necessário cortar a árvore e colocá-la numa balança. Embora os modelos de estimativa atuais sejam eficazes, ainda possuem um nível de incerteza de cerca de 15-20% (Meyer 2023), uma percentagem que pode ser sujeita a sobrestimativas intencionais. Em última instância, alegações sobre a adicionalidade destes projetos, ou seja, que estão a evitar que carbono adicional alcance a atmosfera, são muitas vezes não fundamentadas (Transparency International 2021b). Isto pode criar oportunidades de fraude, manipulação e potencial corrupção por parte das pessoas responsáveis pela implementação de projetos de compensação de carbono e de compradores.

Estes riscos são agravados por problemas de monitorização. Primeiro, o nível de incerteza dos modelos envolve problemas metodológicos relativos à quantificação das emissões poupadas (REDD Monitor 2014). Adicionalmente, a monitorização, comunicação e verificação fracas apresentam riscos, pois os projetos podem esconder lacunas na esperança de não serem

detetadas, levando a um maior número de GEE na atmosfera do que o reportado (Betz et al. 2022).

Em alguns casos, a verificação do projeto é contratada pelos respetivos promotores (Power Shift 2023), o que resulta em conflitos de interesses.

Uma investigação a um dos maiores certificadores de créditos de carbono principais do mundo relativa ao mercado de compensação descobriu que mais de 90% dos respetivos créditos de compensação de florestas tropicais provavelmente não representava as reduções de carbono declaradas (Greenfield 2023). A investigação concluiu que muito poucos dos respetivos projetos em florestas tropicais tinham provas sólidas de reduções de desflorestação e que a ameaça para as florestas tinha sido sobreavaliada, em média, em cerca de 400% nos projetos em que foi possível efetuar uma comparação (Greenfield 2023).

Além disso, os responsáveis pela implementação dos projetos que pretendem transacionar créditos de carbono ou os intermediários que comercializam os mesmos podem envolver-se na chamada pequena corrupção e pagar subornos para evitar sanções ou ocultar esta subnotificação (Betz et al. 2022).

Em última instância, em todos estes casos, uma empresa privada pode comprar créditos de carbono para compensar as respetivas emissões e declarar reduções líquidas quando, na realidade, estas são inexistentes (Greenfield 2023).

Duplicações contabilísticas

As duplicações contabilísticas são um risco de integridade nos mercados do carbono (Power Shift 2023; Streck et al. 2023) e é provável que este risco aumente à medida que os mercados se tornam mais

complexos (Betz et al. 2022). As duplicações contabilísticas referem-se a duas entidades diferentes; por exemplo, o país onde o projeto se baseia e a empresa que compra o crédito de carbono criado pelo projeto ambos reclamam a mesma redução de emissões, como tal levando a uma maior libertação de carbono para a atmosfera do que a contabilizada nos registos (levando também a declarações de emissão líquida zero falsas e potencialmente fraudulentas).

As duplicações contabilísticas podem assumir várias formas estreitamente relacionadas (Schneider et al. 2015 em Betz et al. 2022):

- A emissão dupla ocorre quando um crédito é emitido mais do que uma vez para a mesma redução.
- A reivindicação dupla refere-se a uma situação em que uma redução é contabilizada duas vezes quando, por exemplo, um país a declara na sua própria contribuição climática e também a vende no mercado de carbono.
- A utilização dupla refere-se à utilização de um crédito mais do que uma vez, por exemplo, quando não é cancelado no registo original.

Tráfico de influências e "lavagem verde"

O tráfico de influências por parte de grandes empresas privadas em relação ao clima tornou-se praticamente uma ocorrência esperada (Carbon Market Watch 2020; Mullard 2021; The Guardian 2019). O facto de grandes poluidores terem feito pressão e promovido a transação de carbono, que lhes permite compensar as respetivas emissões de GEE (Lang 2022), devia levantar suspeitas

relativamente ao facto de os créditos de carbono serem usados para fins de "lavagem verde" sem realmente reduzirem as emissões de GEE perigosos e as alterações climáticas. Embora o tráfico de influências, por si só, não seja uma forma de corrupção, é uma atividade destinada a maximizar o lucro, o que levanta problemas de integridade.

A "lavagem verde" refere-se à prática de iludir o público de forma a este acreditar que uma empresa está a fazer mais para proteger o ambiente do que está realmente a ser feito (Nações Unidas s.d.). A indústria da aviação, por exemplo, foi acusada de "lavagem verde" em vez de reduzir as respetivas emissões (Stay Grounded 2021). Muitas companhias aéreas usam créditos de carbono para compensar as suas emissões diretamente e oferecendo créditos aos viajantes no momento da compra do bilhete. No entanto, como analisado nesta secção, muitos projetos de compensação não cumprem as normas de qualidade e são suscetíveis a fraude (Stay Grounded 2023).

O uso de compensações de carbono por uma empresa pode ser considerado "lavagem verde" se a empresa não der prioridade à redução de emissões interna, se fizer parte de duplicações contabilísticas ou se os projetos não resultarem verdadeiramente em adicionalidade (Raji 2023). Por fim, enquanto os créditos de carbono tiverem riscos de integridade, qualquer compromisso climático ou de emissões líquidas zero realizado por uma empresa com base em compensação de carbono pode ser "lavagem verde", uma vez que os projetos podem não resultar verdadeiramente numa redução nas emissões globais.

Riscos de integridade no mercado do carbono na África subsariana

A África subsariana é uma das regiões que tem contribuído menos para as emissões GEE globais. No entanto, prevê-se que seja uma das regiões mais afetadas pelas alterações climáticas (Devillers and Lyons 2023). Também é uma região que tem sido alvo do desenvolvimento de créditos de carbono, assim como iniciativas como a [African Forestry Impact Platform](#) (AFIP) ilustram. Os projetos de compensação de carbono no contexto florestal são particularmente proeminentes na região, tendo em conta que tem um quinto das florestas restantes no mundo, mas está atualmente a perdê-las a um ritmo mais rápido do que em qualquer outro local (The Nature Conservancy 2022). No entanto, os projetos não florestais relativos a energia ecológica e eficiência energética também estão a expandir rapidamente no continente (Ngila 2023).

O foco geográfico dos projetos de compensação de carbono na África subsariana seguem a lógica do mercado relativa à transação de carbono que defende "que a melhor forma de controlar a ação climática é reduzir as emissões onde é mais fácil (ou seja, mais económico) fazê-lo" (Carbon Market Watch 2024:4). Também pode ser uma consequência não intencional do mecanismo do mercado anterior, o MDL, que se focava em projetos apenas nos países em desenvolvimento.

Conforme destacado anteriormente, um dos riscos de corrupção associados ao mercado do carbono está relacionado com a aquisição de terras para implementação de projetos. A externalização da redução das emissões de carbono através dos mercados do carbono é uma área particularmente suscetível de abusos de terras no hemisfério sul

(Stassart and Collaço 2023). A plantação de novas florestas exige terras, o que pode pôr em risco a sobrevivência e culturas das pessoas que vivem nesses locais, podendo também resultar na expropriação de terras comunitárias (Power Shift 2023; Devillers and Lyons 2023). O conteúdo desta relação entre hemisfério norte/hemisfério sul pode reforçar desigualdades e alguns autores falam sobre "colonialismo verde", em que os recursos de África são explorados por países desenvolvidos para fins de créditos de carbono (Devillers and Lyons 2023). Os esquemas de compensação de carbono representam um grande problema em termos de terras, uma vez que as terras necessárias para acomodar compromissos de emissões líquidas zero têm de ter grandes dimensões, impulsionando ainda mais a já forte competição por recursos da terra (Stassart and Collaço 2023).

A administração de terras já implica vários riscos de corrupção (Wheatland 2016) e a corrupção em torno da utilização de terras pode ter efeitos prejudiciais nas alterações climáticas, como tem sido o caso na África subsariana (Stassart and Collaço 2023). A corrupção de terras pode ocorrer de muitas formas, incluindo suborno, colusão, conflito de interesses, corrupção política e captura do estado (Stassart and Collaço 2023). Além disso, a apropriação de terras está associada a corrupção, conforme demonstrado, por exemplo, no Brasil (Transparency International 2023a).

A financeirização do setor florestal para captação de carbono na África subsariana envolveu a transferência do controlo e da propriedade de terras das comunidades locais para entidades empresariais, em muitos casos através da apropriação de terras⁴ (Devillers and Lyons 2023).

Neste contexto, a apropriação de terras para conservação e energias renováveis, que é justificada através de declarações de interesse público ou como parte de uma solução climática, é intitulada "apropriação verde" (Stassart and Collaço 2023; Fairhead et al. 2012). A apropriação de terras pode usar mecanismos legais, como expropriação em locais com regulamentação fraca e onde o interesse público pode ser vagamente definido, ou participantes investidos podem tentar influenciar as políticas de propriedade de terras (Stassart and Collaço 2023).

A "apropriação verde" está associada a uma lógica colonial de apropriação da natureza (Fairhead et al. 2012). A corrupção de terras permite abusos de poder por parte de elites que podem ter a oportunidade de decidir o que é uma reivindicação legítima de propriedade de terra, em detrimento de populações desfavorecidas, algo que é reforçado pela assimetria de poder hemisfério norte/hemisfério sul e pela financeirização do setor florestal (Stassart and Collaço 2023; Devillers and Lyons 2023).

Os projetos de carbono fracamente concebidos e sem salvaguardas para as comunidades podem resultar em corrupção e despejo, levando à perda de subsistência e ao abuso de direitos humanos (Stassart and Collaço 2023). Por exemplo, a Green Resources, uma empresa de créditos de carbono e plantação florestal norueguesa, que foi adquirida pela AFIP, tinha um historial mau que incluía apropriação de terras e violações dos direitos humanos em Uganda, Moçambique e Tanzânia (Devillers and Lyons 2023; Lyons and Westoby 2014). No Quênia, um relatório alegou que um projeto de compensação de carbono violou o FPIC

⁴ A apropriação de terras refere-se ao ato ilegal e ilegítimo de confiscar terras (Oxford Dictionary).

das comunidades que viviam nas terras abrangidas por um projeto (Transparency International 2023c; Stassart and Collaço 2023). A forma como os créditos de carbono são por vezes apresentados na África subsariana pode ser considerada duplicação contabilística, uma vez que os créditos são apresentados como estando a ajudar os países a alcançar os respetivos objetivos climáticos e, ao mesmo tempo, a compensar as emissões das empresas nos respetivos países de operação (Power Shift 2023). Isto pode ser visto no Nigéria ACMI Roadmap, que conjuga objetivos de redução para o país com a ideia de que, para alcançar esses objetivos, a Nigéria pode desenvolver um plano de ativação de mercado do carbono voluntário (Power Shift 2023).

Devido à assimetria de poder do mercado do carbono, os intermediários também podem obter os maiores benefícios. Algumas investigações consideram que os preços pagos aos projetos reais em África podem ser um terço ou menos dos preços pagos pelo "utilizador" final, devido aos vários participantes que atuam como intermediários (Power Shift 2023).

Riscos de integridade no mercado do carbono em Moçambique

Riscos gerais

Os riscos de integridade e corrupção em Moçambique são predominantes e foi descrita a existência de subornos, sistemas de proteção, corrupção em contratos públicos e administrações fiscais e aduaneiras (Gain Integrity 2020).

O desvio de fundos e a fraude de alto nível foram registados ao nível governamental (Global Initiative Against Transnational Organized Crime 2023). O escândalo de corrupção das "dívidas ocultas" implicou a colusão de oficiais moçambicanos com banqueiros europeus e um empreendimento do Médio Oriente para fornecer empréstimos secretos a empresas detidas pelo estado sem aprovação parlamentar e com o governo a agir como avalista dos empréstimos (Bak 2020). Milhões foram pagos em subornos e o filho do ex-presidente foi considerado culpado de desvio de fundos, branqueamento de capitais e abuso de poder, e o antigo Ministro das Finanças foi extraditado para os EUA em associação com estes empréstimos (Gaventa 2021). Como resultado deste escândalo, o governo pretende fortalecer a legislação para permitir uma recuperação de ativos mais eficiente (Basel Institute on Governance 2023).

Em 2008, um escândalo associado a subornos surgiu devido à venda de um avião à companhia aérea moçambicana detida pelo estado (LAM) e, mais recentemente, foram feitas acusações de desvio de fundos na mesma companhia aérea (Dudley 2016; DW 2024a). Foi registada uma supervisão fraca das empresas públicas e os processos de contratação pública são, frequentemente, obscuros (IMF 2019).

Embora a descoberta de gás natural tenha contribuído para um maior crescimento económico (Bak 2020), os benefícios da exploração de gás não são claros para a população local que expressa não saber quem era o vendedor, quem era o comprador nem para onde estavam a ir os lucros (Nhampossa 2023). A população local também viu uma relação entre os investimentos de gás na sua área e o surgimento de violência terrorista, uma vez que a descoberta de gás natural é considerada como tendo exacerbado as tensões existentes (Nhampossa 2023; Lemmerich 2023). Considera-

se que o setor do gás seja suscetível a patrocínio (Gaventa 2021), e a corrupção na região de gás de Cabo Delgado é desenfreada, com oficiais locais e nacionais coniventes com o comércio de pedras preciosas ilícitas, vida selvagem e drogas (Sheehy 2021).

Riscos ambientais

A organização da sociedade civil (OSC) Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP) considerou os seguintes riscos de corrupção e integridade ambientais no país (CIP 2024):

- falta de transparência na gestão de projetos de recursos naturais
- falta de responsabilização nas doações a vítimas de eventos climáticos
- manipulação de licenças ambientais
- falta de condições adequadas para as comunidades realojadas
- aumento da destruição ilegal de habitats
- perda de recursos financeiros e biodiversidade devido a crimes ambientais
- aumento da poluição devido a fraca monitorização
- aumento da negligência devido ao ano eleitoral

Adicionalmente, os crimes ambientais estão associados a corrupção e podem envolver crime organizado (CIP 2024). Agentes criminosos estrangeiros têm estado envolvidos em várias atividades económicas ilícitas, incluindo exploração madeireira, de marfim e de pesca ilegais (Global Initiative Against Transnational Organized Crime 2023). Moçambique é uma importante fonte de marfim e um centro de tráfico, com o suborno de funcionários aduaneiros a ter um papel essencial na deslocação de marfim ilegal de Moçambique

para a Ásia (EIA s.d.). A exploração madeireira ilegal continua a operar devido à corrupção nos serviços florestais provinciais, forças policiais e alfândega, bem como ao envolvimento ministerial (Global Initiative Against Transnational Organized Crime 2023; The University of British Columbia s.d.).

A corrupção pode facilitar estes e outros crimes ambientais através do desvio de fundos destinados a proteção ambiental, da manipulação de estudos ambientais para obter licenças operacionais, da falsificação de certificados, da corrupção aduaneira e da falta de supervisão ambiental, entre outros (CIP 2024). Por último, os lucros destes crimes põem em perigo a captura do estado, pois podem financiar as eleições do partido no poder, conforme sugerido durante as audiências judiciais sobre a dívida oculta (CIP 2024).

Riscos de integridade no mercado do carbono

O estado de Moçambique manifestou um compromisso para com REDD+ e, já em 2018, adotou um regulamento para a redução de emissões (World Rainforest Movement 2019; Moçambique para todos 2023). Mais recentemente, o governo declarou que o país possui, aproximadamente, 45 milhões de créditos de carbono e expressou que gostaria de os capitalizar (Nhampossa 2024; Moçambique para todos 2023).

O governo também considera ter a oportunidade de aumentar as reservas de carbono através de práticas agrícolas sustentáveis, preservação florestal e reflorestação (O. Económico 2023). Ao mesmo tempo, as empresas que operam no setor do gás também estão a tentar compensar emissões de gás através da exploração florestal (Gaventa 2021), aumentando a procura de projetos de

compensação de carbono. Neste contexto, o país elaborou um plano de ativação do mercado do carbono que pretendia garantir a integridade ambiental dos projetos de carbono (JLA advogados s.d.).

O contexto de créditos de carbono em Moçambique apresenta vários desafios e riscos específicos em termos de corrupção e integridade associados aos riscos mais gerais mencionados na secção anterior. Por exemplo, questões como corrupção na administração de terras ou corrupção nas forças policiais (Gain Integrity 2020) podem ter consequências para a integridade dos projetos de carbono.

É importante referir que, apesar de em 2022 a maior parte dos créditos de carbono emitidos no país serem provenientes de projetos de mudança de combustíveis, purificação da água e fogões eficientes (Club of Mozambique 2023), a maioria dos riscos apresentados neste documento procedem de características específicas de exploração florestal para compensação de carbono. Isto deve-se ao facto de a maioria dos riscos se encontrar no setor florestal, provavelmente devido à sua escala e ligações próximas com questões de terras. Além disso, alguns dos outros projetos estão ligados à exploração florestal, uma vez que alguns dos projetos de fogões eficientes procuram reduzir a utilização de carvão para efeitos culinários proveniente de florestas virgens não administradas ([Radius Zero Changgalane Project](#)). Os riscos de integridade para projetos como os de fogões eficientes são mais prováveis de surgir ao nível do mercado, por exemplo, indicando reduções muito maiores do que as atribuíveis ao projeto e, como tal, não necessariamente específicas ao país.

Embora existam outros tipos de projetos do mercado do carbono, por exemplo, energias renováveis, eficiência energética, captação e armazenamento de carbono, o papel da exploração

florestal é notável nos projetos de compensação de carbono em Moçambique. Por exemplo, um programa lançado pelo governo dos EUA, PLANETA, procura facilitar o investimento internacional em projetos de captação de carbono "baseados na natureza" em Moçambique e expressa a oportunidade que os mercados do carbono oferecem a Moçambique devido às vastas quantidades de carbono que as respetivas florestas tropicais conseguem armazenar (US Embassy Maputo 2023).

Alguns problemas de integridade são intrínsecos aos próprios projetos de exploração florestal. Por exemplo, uma publicação no N'hambita Forest Carbon Offset Pilot Project (Projeto piloto de compensação de carbono florestal de N'hambita) (inicialmente financiado pela Comissão Europeia) considerou que as poupanças eram inerentemente difíceis de calcular (Kill 2013). Tal significa que alguns destes projetos podem não ter os efeitos de compensação que indicam. Um relatório demonstrou que a empresa encarregada de um projeto REDD+ (a empresa do Reino Unido chamada Envirotrade) abandonou a região e que já não estava envolvida no projeto, uma vez que este deixou de ser rentável devido a uma alteração no mercado, e vários problemas foram mencionados, incluindo pagamentos em dívida e responsabilidades não cumpridas (Monjane et al. 2022). Os problemas decorrentes do fim do projeto levaram a que alguns dos membros da comunidade cortassem algumas árvores para explorar outras atividades económicas com as terras, o que pode resultar no projeto ter o efeito oposto do pretendido (Monjane et al. 2022). Em qualquer esquema de compensação de carbono, cada tonelada de CO₂ equivalente que não é verdadeiramente compensada é uma tonelada adicional libertada de forma não compensada na atmosfera (Kill 2013).

A natureza de alguns dos projetos, particularmente dos que envolvem as comunidades locais, como exploração florestal, proteção da biodiversidade e transação de créditos de carbono, cria uma grande assimetria de informações entre as comunidades locais e o surgimento de participantes oportunistas, como os "cowboys do carbono". Muitas comunidades, como a de N'hambita, não estão sempre cientes dos objetivos económicos dos projetos nem sabem que o carbono é um bem transacionável (Monjane et al. 2022). Esta é a oportunidade perfeita para participantes potencialmente desonestos explorarem as comunidades e terem lucros muito grandes à custa das mesmas.

Estes projetos também podem criar expectativas irrealistas (Kill 2023). Parte da população local afetada pelo projeto reclamou que a terra normalmente usada para agricultura está a ser usurpada para plantação de árvores e que as promessas de desenvolvimento que deveriam compensar as suas perdas não estão a ser cumpridas (Nhampossa 2024). No centro deste conflito está o facto de as comunidades que vivem nas florestas, ou próximo das mesmas, terem a tarefa de as proteger, em vez de poderem cultivar a terra para gerar rendimento familiar e para a sua própria subsistência. Posteriormente, os projetos criam créditos de carbono que empresas (normalmente, no hemisfério norte) podem comprar para continuar a emitir GEE ao mesmo tempo que beneficiam economicamente da sua produção.

Num país onde os direitos de terra já estão sujeitos a corrupção (Bak 2020), os requisitos de terra da compensação de carbono através da exploração florestal podem levar a apropriação de terras e à violação do FPIC das comunidades afetadas. Por exemplo, evidências do N'hambita Forest Carbon Project lança dúvidas sobre os participantes estarem numa posição que lhes permite

compreender totalmente o projeto a que se estão a juntar ou os contratos que o abrangeu e que os contratos foram assinados com agricultores individualmente apesar de o projeto afetar toda a comunidade (Kill 2023). Nenhum dos agricultores envolvidos no projeto entrevistado para o relatório entendia o conceito de transação de carbono e alguns responderam que plantar e cuidar das árvores "iria ajudar a que as nuvens ficassem para que pudesse chover" (Kill 2003:14).

No setor do gás, críticos ao reassentamento de famílias em Cabo Delgado devido à expansão das instalações de GNL alegam que os cidadãos reassentados não receberam compensação adequada ou que receberam terras que pertenciam a outra comunidade, levando a conflitos (Rawoot 2020). Isto demonstra que o contexto de propriedade de terras e reassentamento de pessoas pode estar sujeito a abusos. Uma vez que assimetrias de poder semelhantes poderiam surgir no contexto de terras necessárias para projetos de compensação de carbono, especialmente quando se torna uma estratégia de desenvolvimento nacional, as pessoas responsáveis pela implementação dos projetos podem abusar do seu poder e não fornecer compensação justa às comunidades locais que têm de ser realojadas ou cujas terras têm de ser readaptadas.

A expansão de plantações de seringueira para fins comerciais em territórios comunitários em Mabu também foi associada a uma perda de acesso às terras por parte das comunidades locais e a métodos abusivos por parte da empresa, incluindo a expulsão de áreas que tinham sido preparadas para cultivo (World Rainforest Movement 2023). Adicionalmente, a informação relativa a concessão e o processo de consulta não foi transparente, e não foi realizada qualquer avaliação do impacto ambiental no momento de obtenção da licença ambiental para o estabelecimento de plantações em Mabu (World Rainforest Movement 2023). Isto

suscita a possibilidade de práticas corruptas em torno do projeto, uma vez que tais avaliações são necessárias para a obtenção de uma licença (World Rainforest Movement 2023).

A Interpol (2013) avisou que fundos ilícitos podem ser branqueados através de compras de créditos de carbono para ajudar a legitimar produtos de crimes. Isto pode ser um potencial risco para Moçambique, uma vez que o país é considerado como já sendo vulnerável a branqueamento de capitais devido ao que é considerado um enquadramento legal inadequado e à falta de partilha de informações com outros países (Global Initiative Against Transnational Organized Crime 2023),

Outros problemas estão relacionados com um contexto de comércio ilícito e corrupção mais abrangente. Nomeadamente, a exploração madeireira ilegal que pode ser contrabandeada para a China de Moçambique (EIA 2013) cria um risco específico para o contexto de créditos de carbono. Os projetos têm de garantir que estão a reduzir a desflorestação e isto pode ser complexo num contexto em que os madeireiros têm estado a trabalhar em colusão com os inspetores e a polícia têm permitido que a situação aconteça (Nhampossa 2024; Carta de Moçambique 2023). Uma investigação demonstrou que, entre 2020 e 2021, navios da empresa dinamarquesa Maersk transportaram grandes quantidades de madeira valiosa para a China que é ilegal transportar de Moçambique. De acordo com a Maersk, esta apenas transporta carga autorizada pelas autoridades aduaneiras (Zitamar News 2023), o que pode indicar que essas autoridades autorizaram a exportação de madeira ilegal.

Assim sendo, um projeto de compensação de carbono teria de adotar um conjunto complexo de ações e trabalhar estritamente com as autoridades de aplicação da lei para evitar a exploração

madeireira ilegal. Adicionalmente, enquanto a exploração madeireira ilegal na área preservada pelo projeto possa ser reduzida graças ao projeto, tal não terá quaisquer efeitos de compensação se a exploração madeireira ilegal apenas se deslocar para outra área por causa do projeto. Embora este não seja um risco de corrupção resultante dos próprios projetos de compensação de carbono, coloca os respetivos objetivos em risco.

De facto, à medida que grandes empresas no país começam a compensar emissões de gás através da exploração florestal (Gaventa 2021), podem surgir riscos de corrupção adicionais.

Governança nos mercados do carbono moçambicanos

Esta secção refere-se a medidas de integridade que poderiam ser implementadas no contexto do mercado do carbono moçambicano. Estão disponíveis diversos mecanismos e instituições, bem como melhorias nas práticas existentes, que poderiam ser adotados pelo país a fim de mitigar os potenciais riscos de integridade, transparência e responsabilidade nos projetos de compensação de carbono. Alguns destes estão diretamente relacionados com projetos de exploração florestal, mas outros podem ser aplicados a uma grande variedade de projetos de compensação de carbono não florestais.

Nível internacional

Moçambique enfrenta desafios na implementação de projetos de créditos de carbono e a governação é essencial para garantir a integridade, tanto ambiental como social, de qualquer projeto (JLA

advogados n.d.). Isto implica governação a nível nacional, subnacional e internacional.

Atualmente, várias das iniciativas internacionais relativas à transparência no setor estão relacionadas com duplicações contabilísticas. Por exemplo, nas respetivas recomendações para o debate ministerial no Artigo 6 do Acordo de Paris, a Carbon Market Watch lutou pela paragem das duplicações contabilísticas de reduções de emissões (2021).

A insistência por sistemas mais fortes para medir, comunicar e verificar reduções de emissões no contexto dos mecanismos do mercado do carbono tem sido um tópico controverso, em que os países apresentam posições diferentes em termos de rigor das regras (Gigounas et al. 2020). As disposições de governação a níveis diferentes em jurisdições diferentes deve ser compatível para evitar duplicações contabilísticas e todas as unidades transferidas para um país ou sistema diferente devem ser deduzidas do objetivo do país de transferência (Betz et al. 2022).

Tal pode exigir que os países que participam nos mercados do carbono apliquem ajustes correspondentes que proporcionam transparência (Carbon Market Watch 2021). Os ajustes correspondentes são um mecanismo de contabilidade que pode ajudar a evitar as duplicações contabilísticas, ajustando as contas do país anfitrião que transfere qualquer remoção ou redução de emissões (Streck et al. 2023). Para evitar a utilização e emissão duplas, registos de transações robustos devem ser adotados para monitorizar as trocas entre diferentes mercados (Betz et al. 2022).

Os Princípios de San José, apresentados na COP25 em 2019, comprometeram-se a evitar a contagem dupla das emissões e a preservar a integridade dos mercados do carbono, ao mesmo tempo que

aplicam transparência, precisão, consistência, comparabilidade e integralidade aos relatórios e contas de emissões e remoções (Gigounas et al. 2020). Além disso, o mercado do carbono criado ao abrigo do Artigo 6.2 do Acordo de Paris estabelece que uma entidade supervisora deve ser encarregada de estabelecer regras e requisitos que os projetos terão de cumprir (Carbon Market Watch 2024).

Existem também duas iniciativas de integridade do mercado do carbono voluntário para os projetos e empresas participantes: o [Integrity Council for Voluntary Carbon Markets - IC-VMC](#) (Conselho de Integridade para Mercados do Carbono Voluntários), que melhora o lado da oferta através da definição e implementação de normas básicas globais, e a [Voluntary Carbon Markets Integrity Initiative - VCMI](#) (Iniciativa de Integridade para Mercados do Carbono Voluntários), que trabalha no lado da procura através de um guião para as empresas que utilizam créditos de carbono (PNUD 2023b). Como parte do IC-VM, os [Core Carbon Principles - CCP](#) (Princípios nucleares do carbono) foram desenvolvidos como "uma referência mundial que define limites rigorosos relativos a divulgação e desenvolvimento sustentável". Os princípios incluem boa governação para garantir transparência e responsabilidade, monitorização adequada das atividades de mitigação e créditos de carbono emitidos, informação transparente, e validação e verificação robustas de terceiros independentes das atividades de mitigação (Integrity Council for the Voluntary Carbon Market s.d.). As normas da indústria devem exigir transparência de uma forma que permita aos compradores comparar o preço que estão a pagar com o que o projeto de mitigação vai realmente receber (Carbon Market Watch 2023).

A PNUD (2023) defende que redes e programas regionais podem ajudar a melhorar os resultados de transparência através da partilha de

conhecimento e assistência. Nesse sentido, a [African Carbon Markets Initiative - ACMI](#) (Iniciativa para Mercados do Carbono Africanos) pode funcionar como uma plataforma para partilhar práticas de integridade e responsabilidade no mercado do carbono, uma vez que um dos seus programas de ação (número 4) é aumentar a capacidade e facilitar as atividades de comunicação, monitorização, validação e verificação de projetos que geram carbono em África. A ACMI já está empenhada em trabalhar com o IC-VCM e a VCMi (ACMI s.d.).

Moçambique juntou forças com a ACMI para lançar o [Plano de ativação dos mercados do carbono](#), que permitirá ao país receber assistência técnica da ACMI (Khumalo 2023). A assistência procurará melhorar a aptidão dos diferentes agentes que participam nos mercados do carbono e desenvolver um quadro jurídico e de políticas (Khumalo 2023).

No entanto, existem opiniões críticas relativamente à ACMI e ao que significa para o desenvolvimento da África subsariana (Power Shift 2023). A Power Shift (2023) denomina os mercados de carbono de "financeirização da natureza africana e da crise climática" enquanto "permitem que empresas em todo o mundo queimem os respetivos produtos poluentes impunemente" (Power Shift 2023:3). O relatório afirma que, embora o ACMI Roadmap apresente os créditos de carbono como uma forma de ajudar as nações africanas a alcançarem os respetivos objetivos climáticos nacionais, na verdade, os mercados do carbono permitirão a poluição contínua que causará uma crise climática com consequências devastadoras para as nações africanas (Power Shift 2023).

Nível nacional

Moçambique fez progressos no combate à corrupção e no aumento da integridade. Por exemplo, o Grupo de Ação Financeira (Financial Action Task Force - FATF-GAFI) aprovou o progresso do país relativamente a mecanismos para controlar o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (DW 2024b), ao mesmo tempo que 48 juizes novos foram nomeados para garantir a integridade dos contratos públicos (RFI 2023), ações que devem ajudar a fortalecer a integridade na implementação de projetos de compensação de carbono.

Recomenda-se que os países tenham abordagens nacionais relativas a créditos de carbono e que sejam exigidas normas e verificações independentes (Lutz 2023). É importante que a legislação seja compatível entre os mercados, que as lacunas sejam resolvidas e que a regulamentação seja especificada de uma forma que permita a respetiva implementação (Betz et al 2022). A melhor forma de iniciar este processo é efetuar uma avaliação dos riscos de corrupção que analise o enquadramento de governação do país e que crie medidas contra a corrupção personalizadas em conformidade (PNUD 2011).

Dentro do contexto de ser um dos países a participar na REDD+, o governo de Moçambique recebeu financiamento para preparar o país, incluindo o desenvolvimento de uma estratégia REDD+ nacional e de três ferramentas de salvaguarda (MITADER – República de Moçambique 2017). Embora sejam instrumentos úteis, a estratégia REDD+ e o enquadramento de gestão focam-se na corrupção relativa à exploração madeireira ilegal e não nos novos riscos de corrupção que podem surgir devido aos mercados do carbono (MITADER – República de Moçambique 2017, 2016).

Relativamente aos mercados do carbono, atualmente, a legislação do país apenas aborda a comercialização dos créditos de carbono (JLA advogados s.d.). O Ministro do Ambiente reconheceu o défice no quadro regulatório atual e o país está a estabelecer um quadro jurídico para os mercados do carbono (Nhampossa 2024; O. Económico 2023).

Esse quadro deve incluir os seguintes critérios de integridade (PNUD 2023b):

- alinhamento com o Acordo de Paris
- contribuição para as emissões líquidas zero até 2050
- responsabilidade e melhorias contínuas
- quantificação robusta das remoções e reduções de emissões
- ausência de duplicações contabilísticas
- adicionalidade⁵
- continuidade e prevenção de fugas
- monitorização de créditos exclusivamente identificados (registro)
- transparência de transações e atividades de mitigação creditadas
- apenas projetos REDD+ enquadrados ou jurisdicionais
- validação e verificação independentes
- avaliação e gestão de riscos sociais e ambientais

Embora exista um enquadramento legal em Moçambique para travar a corrupção, incluindo legislação anticorrupção (6/2004), existem

também muitas lacunas, por exemplo, o desvio de fundos não é abrangido pela legislação (Gain Integrity 2020). No entanto, o principal obstáculo ao combate à corrupção em Moçambique pode não estar na legislação, mas sim nas instituições (Ramos 2022). Algumas autoridades de aplicação da lei estão fracamente equipadas, existem evidências de corrupção entre os funcionários e a insurgência no norte do país tem enfraquecido alguns dos respetivos controlos em todo o território (Global Initiative Against Transnational Organized Crime 2023).

Nomeadamente, considera-se que o sistema judicial esteja sujeito a problemas de integridade (incluindo a oferta de presentes e pagamentos de facilitação) e influência política, dificultando a aplicação da lei (Gain Integrity 2020). A legislação existe, mas o principal desafio é a sua aplicação por parte das instituições (Ramos 2022). Do mesmo modo, a aplicação da lei e as fraquezas institucionais foram reconhecidas pelo governo como sendo potenciais riscos no contexto da conservação florestal e subsistência (MITADER – República de Moçambique 2017).

Neste sentido, um passo essencial será desenvolver uma governação nacional robusta do mercado do carbono (Lutz 2023). Uma abordagem abrangente à governação neste setor deve criar salvaguardas que impeçam a captura pela elite e a apropriação de terras (Transparency International 2021b).

O Gabinete Central do Combate à Corrupção, a principal instituição de combate à corrupção em Moçambique, apresentou resultados positivos, sobretudo no escândalo de dívidas ocultas, mas

⁵, A PNUD aplica a seguinte definição de adicionalidade: "O crédito de carbono representa as reduções de emissões de GEE ou captação de carbono ou remoções que excedem quaisquer remoções ou reduções de GEE exigidas por lei, regulamentação, ou mandato juridicamente vinculativo, e

que excedem quaisquer remoções ou reduções de GEE que, de outra forma, ocorreriam num cenário conservador de continuação da atividade como habitualmente" (PNUD 2023b:18).

depende da procuradoria pública para indiciar casos de corrupção (Bak 2020; Trindade 2020). Por sua vez, a Comissão Central de Ética Pública pode investigar potenciais conflitos de interesses de funcionários de alto nível (Bak 2020). Uma vez que os atores privados assumiram funções reguladoras em alguns mercados do carbono, criando conflitos de interesse (Betz et al. 2022), esta comissão poderia expandir as respetivas investigações para o mercado do carbono. O Gabinete de Informação Financeira de Moçambique, que já tem de investigar casos de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (Bak 2020), poderia ser fortalecido e formado relativamente à complexidade dos mercados do carbono.

Comunidades locais

Moçambique foi o primeiro país a receber o pagamento do Fundo de Parceira do Carbono Florestal (FCPF) do Banco Mundial relativo a redução de emissões (Banco Mundial 2021). No contexto deste pagamento, um organismo de verificação efetuou o processo de validação e verificação de um dos projetos (JLA advogados s.d.). O FCPF desenvolveu um enquadramento para calcular os resultados de emissões e os créditos FCPF foram disponibilizados com salvaguardas de que o fundo seria equitativamente partilhado com grupos que estavam a implementar projetos REDD+ no terreno (Banco Mundial 2021).

A fim de alcançar objetivos de desenvolvimento adicionais, as comunidades devem ser envolvidas na conceção dos projetos. Os projetos REDD+ devem incluir particularmente as comunidades baseadas nas florestas no processo de tomada de decisões e partilhar os benefícios destes projetos (Gizachew et al. 2017; Machava 2023). A implementação de um projeto conjunto entre os agricultores comunitários e uma organização ambiental em Mabu, na província de Zambézia, foi

elogiada como uma alternativa aos projetos com uma abordagem mais comum e vertical (Bruna and Monjane 2023).

Um exemplo de um projeto de compensação legítimo é o projeto Mikoko Pamoja no Quénia que protege mangais ao mesmo tempo que beneficia diretamente a comunidade. Neste projeto, as receitas de carbono financiaram a compra de equipamento hospitalar e livros escolares, bem como a construção de poços de água doce, entre outros benefícios para a comunidade (Lutz 2023).

Moçambique pode exigir que todos os projetos relacionados com créditos de carbono cumpram um número de salvaguardas sociais e ambientais, incluindo: respeitar os direitos e as condições de trabalho; ter eficiência de recursos; prevenir a poluição; evitar o reassentamento involuntário; considerar canais adequados para aquisição de terras; garantir a preservação da biodiversidade; gerir os recursos naturais de forma sustentável; criar um mecanismo de reclamação; usar as salvaguardas de Cancun para REDD+ (um sistema para fornecer informações sobre como as salvaguardas estão a ser abordadas e respeitadas); respeitar a população indígena, comunidades locais e herança cultural; considerar a igualdade de género; ter uma partilha de benefícios robusta; garantir impactos SDG positivos; e ter validação e verificação independentes (PNUD 2023b). A educação das comunidades locais sobre os projetos e o seu impacto também é particularmente importante.

As salvaguardas de Cancun procuram garantir que os projetos REDD+ (Fundo Amazônia s.d.):

- são consistentes e complementares com outros programas florestais nacionais e acordos e convenções internacionais
- apoiam estruturas de governação nacionais eficazes e transparentes

U4 Anti-Corruption Helpdesk

- respeitam o conhecimento e direitos das populações indígenas e das comunidades locais
- garantem a participação efetiva de partes interessadas relevantes, sobretudo das populações indígenas e das comunidades locais
- são consistentes com a preservação das florestas naturais e da diversidade
- abordam os riscos de reversões
- reduzem a deslocação de emissões

Colaboração

A transparência nas alterações climáticas necessita da colaboração das partes interessadas dentro e fora do governo (PNUD 2023a). Uma vez que os riscos de integridade são abundantes e transversais, a cooperação interinstitucional é importante para prevenir a corrupção e para garantir que os créditos de carbono são benéficos para as comunidades. A falta de colaboração e comunicação entre as agências foi identificada como um problema que dificulta a aplicação da legislação em Moçambique (EIA s.d.).

O Quadro de Gestão Ambiental e Social em Moçambique para iniciativas REDD+ já reconheceu a importância da cooperação entre o governo, o setor privado, as organizações de sociedade civil (OSC) e as comunidades para reverter tendências negativas no setor florestal (MITADER – República de Moçambique 2017).

As abordagens que incluem todo o governo implicam a colaboração horizontal entre ministérios de execução e a colaboração vertical no interior dos ministérios (PNUD 2023a). Para que os esquemas de créditos de carbono funcionem, os países têm de gerir os mesmos cuidadosamente, aplicando mecanismos de controlo rigorosos,

sistemas multivalências e mecanismos de responsabilidade de várias partes interessadas (Donald 2021; PNUD 2011). Alguns governos foram bem-sucedidos na implementação de colaborações formais e acordos de partilha de dados com outras instituições, como universidades e OSC, enquanto alguns países implementaram colaborações entre o governo e agências de desenvolvimento, como Gâmbia e Costa do Marfim com PNUD e outras agências, a fim de fortalecer a transparência e potenciar a experiência e os recursos (PNUD 2023a).

Transparência

Assim como com quaisquer esforços de boa governação, a transparência e uma estrutura adequada para a garantir são essenciais (Betz et al. 2022). Mecanismos de monitorização e comunicação que ajudem a verificar quaisquer reclamações de compensação de carbono têm de ser implementadas e garantir que não podem ser indevidamente influenciadas por partes interessadas. Na compensação de carbono florestal, a monitorização implicaria o acompanhamento da idade das árvores após estas serem plantadas e a verificação da respetiva sobrevivência.

Os países estão a abordar a transparência na captação de carbono no setor da agricultura, exploração florestal e outra utilização de terras (AFOLU), através do desenvolvimento de normas de medição, comunicação e verificação (MRV) nos diferentes setores e da preparação de avaliações de referência e mitigação (PNUD 2023a). Um dos principais desafios é a forma de recolha e atualização de dados, e alguns países estão a usar imagens de satélite para mapear a utilização das terras ao longo do tempo, como, por exemplo, no Camboja e no Brasil (PNUD 2023a).

Um problema essencial está relacionado com a gestão e a recolha de dados relativa aos inventários de GEE do próprio país. Neste sentido, é importante que estejam disponíveis num sistema centralizado e que os dados estejam sujeitos a controlo e garantia de qualidade (PNUD 2023a).

O Gana desenvolveu e lançou o Registo de Carbono do Gana, uma base de dados voluntária usada para recolher, verificar e monitorizar transações de atividades de mitigação (PNUD 2023a). Este é um registo estabelecido pelo governo que recolhe dados a partir da base e usa normas de elevada qualidade para quantificar e verificar as reduções de emissões de GEE e os respetivos créditos de carbono (Ghana Carbon Registry s.d.). Tem como objetivo fornecer informações precisas e transparentes sobre projetos de mitigação e sobre todas as questões relativas a créditos de redução de emissões (Ghana Carbon Registry s.d.).

Adicionalmente, os países devem desenvolver sistemas digitais para os respetivos repositórios de dados relativos a transação de carbono (PNUD 2023a).

Uma vez que é difícil impedir a fraude quando os autores são empresas-fantasma em paraísos fiscais, uma forma de evitar estas situações é restringir as empresas elegíveis para transacionar no mercado do carbono, o que é feito, por exemplo, na Coreia do Sul, onde apenas entidades com autorização especial podem efetuar transações (Betz et al. 2022).

Administração de terras

Para impedir a "apropriação verde" e outros riscos de corrupção de terras, é importante (Stassart and Collaço 2023):

- fortalecer os direitos e propriedade de terras, incluindo os direitos consuetudinários e comunitários
- procurar o consentimento informado das comunidades afetadas
- tornar a informação sobre propriedade e uso de terras disponível e facilmente acessível
- proteger atividades anticorrupção associadas às terras
- estabelecer canais de denúncia (por exemplo, o [Fundo Verde para o Clima](#) criou um sistema que pode servir como guia)
- ter enquadramentos anticorrupção específicos para lidar com a corrupção de terras
- as instituições de terras e ação climática têm de integrar salvaguardas anticorrupção
- os doadores e os países envolvidos em iniciativas climáticas têm de impedir e mitigar riscos de corrupção, bem como incentivar todas as partes interessadas a fazer o mesmo (ou seja, devida diligência)
- avaliar regularmente os riscos de corrupção de terras

Conclusão

Os riscos de integridade em torno dos mercados do carbono serão maiores em países com instituições fracas, lacunas na legislação que podem ser exploradas e desafios na aplicação da lei. Por conseguinte, é importante que qualquer país a implementar projetos de compensação de carbono fortaleça as respetivas instituições e supervisione os mecanismos para impedir e mitigar quaisquer problemas de integridade desde o início.

As assimetrias de poder do mercado do carbono e o seu surgimento relativamente recente tornam estes mercados particularmente suscetíveis a abuso por parte dos intermediários. Este desequilíbrio e assimetria de informação entre as comunidades locais (incluindo populações indígenas) e as pessoas responsáveis pela implementação do projeto pode levar a apropriação de terras e a perda de terras comunitárias. Fraude, manipulação do mercado e conflitos de interesse são apenas alguns dos outros riscos que podem surgir.

Para controlar estes riscos de integridade, os países terão de trabalhar aos níveis nacional e internacional, desenvolvendo estruturas adequadas e fortalecendo as respetivas instituições. O caminho a seguir deve envolver práticas transparentes, inclusivas e sustentáveis que dão prioridade ao bem-estar das comunidades locais e ambiente, desde a conceção do projeto até à respetiva implementação e supervisão, garantindo ao mesmo tempo que os mercados do carbono são usados como uma ferramenta para mudanças positivas e não para exploração.

Há evidências de que os compradores estão dispostos a pagar um valor elevado por programas que são transparentes, que conseguem demonstrar mecanismos de medição, comunicação e verificação robustos e que têm objetivos de desenvolvimento adicionais com resultados positivos (PNUD 2023b; Ponce de León Baridó et al. 2023). Neste sentido, garantir que os projetos de compensação de carbono não lidam com riscos de corrupção e que estão disponíveis medidas de integridade e governação fortes é do melhor interesse para Moçambique.

Referências

ACMI. Sem data. [harnessing carbon markets for Africa](#). African Carbon Markets Initiative.

Fundo Amazônia. Sem data. [Salvaguardas REDD+](#).

Bak, M. 2020. [Mozambique: Overview of corruption and anti-corruption](#). Transparency International e CMI U4. Resposta do serviço de assistência.

Barratt, L. & Sandler Clarke, J. 2022. [How middlemen carbon brokers take a cut from money meant to help offset emissions](#). Unearthed.

Basel Institute on Governance. 2023. [Mozambique drafts new civil confiscation law to boost recovery of stolen assets](#).

Betz R. et al. 2022. [The carbon market challenge: Preventing abuse through effective governance](#). Cambridge University Press.

Bosch, H. 2021. [Column I disappearing acts: Mozambique's tuna money, the metals company's alleged big investor, and LNG CO2 emissions](#). Baird Maritime.

Bruna, N. & Monjane, B. 2023. [Action research for climate justice: Challenging the carbon market and false climate solutions in Mozambique](#). Em Perkins, P. Ed. Climate justice and participatory research.

Cabello, J. & Kill, J. 2022. [15 years of REDD: A mechanism rotten at the core](#). World Rainforest Movement.

Carbon Market Watch. 2020. [Never wasting a crisis: Industry climate lobbying during the COVID-19 pandemic exposed](#). Carbon Market Watch Briefing.

Carbon Market Watch. 2021. [Briefing for ministerial discussions on Article 6 of the Paris Agreement](#).

Carbon Market Watch. 2023. [Secretive intermediaries: Are carbon markets really financing climate action?](#)

Carbon Market Watch. 2024. [Carbon markets 101 – the ultimate guide to market-based climate mechanisms](#).

Carta de Moçambique. 2023. [Madeira a saque no Parque Nacional das Quirimbas](#).

Carta de Moçambique. 2024. [Cresce número de casos de tráfico e consumo de drogas no país](#).

Center for Climate and Energy Solutions. Sem data. [Caps and Trade Basics](#).

CIP. 2024. [Perspectivas de Governação do Ano 2024: Riscos a monitorar em ano de transição do poder](#). Centro de Integridade Pública.

Civil Society Open Letter. 2023. Civil society cross-constituency open letter regarding Article 6.4 of the Paris Agreement.

Club of Mozambique. 2023. [Data shows markets on the rise in Mozambique – Further in Africa](#).

de Jong, W.; del Castillo Torres, D. & Salazar, A. 2014. [Carbon cowboys in Peru and the prospects of local REDD governance](#). Revista Mexicana de estudios sobre la Cuenca del Pacífico, 8(16): 61-83.

Devillers, E. & Lyons, K. 2023. [Green colonialism 2.0: Tree plantations and carbon offsets in Africa](#). The Oakland Institute, California.

Donald, R. 2021. [Governor rails against 'bioterrorists', 'carbon cowboys' destroying PNG's forests](#). Mongabay, 7 de dezembro, 2021.

Dudley, D. 2016. [Embraer Pays \\$205m Fine To Settle International Bribery Cases](#). Forbes.

DW. 2024a. LAD: PGR deveria fazer "investigação profunda", diz analista. Deutsche Welle, 21 de fevereiro de 2024.

DW. 2024b. [Moçambique regista avanços contra branqueamento de capitais](#). Deutsche Welle, 24 de fevereiro de 2024.

EIA. 2013. [First class connections: Log smuggling, illegal logging, and corruption in Mozambique](#). Environmental Investigation Agency.

EIA. Sem data. [Mozambique](#). Environmental Investigation Agency reports.

Fairhead, J.; Leach, M. & Scoones, I. 2012. [Green grabbing: A new appropriation of nature?](#) The Journal of Peasant Studies, 36(2): 237-261.

Federal Ministry for Economic Affairs and Climate Action (BMWK). Sem data. [Carbon markets](#).

Gain Integrity. 2020. [Mozambique: Risk report](#).

Gaventa, J. 2021. The failure of 'gas for development': Mozambique case study. E3G Report.

Ghana Carbon Registry. Sem data. [About Ghana carbon registry](#). Website.

Gigounas, G.; Medlong, J. & Callahan, E. 2020. [COP25's key outcome: Adoption of the San Jose Principles on carbon market mechanisms – takeaways for business](#). DLA Piper Publications.

Gizachew, B., Astrup, R., Vedeld, P., Zahabu, E. M., & Duguma, L. A. 2017. [REDD+ in Africa: Contexts and challenges](#). *Natural Resources Forum*, 41(2), 92-104.

Global Initiative Against Transnational Organized Crime. 2023. [Organized crime Index: Mozambique profile](#).

Greenfield, P. 2023. [Revealed: More than 90% of rainforest carbon offsets by biggest certifier are worthless, analysis shows](#). The Guardian.

IMF. 2019. [Republic of Mozambique. Diagnostic report on transparency, governance and corruption](#). Country report 19/276.

Interpol. 2013. [Guide to carbon trading crime](#).

JLA advogados. Sem data. [Carbon credits in Mozambique](#).

Khumalo, E. 2023. [Carbon market game-changer: Mozambique partners with ACMI](#).

Kill, J. 2013. [Carbon discredited: Why the EU should steer clear of forest carbon offsets](#). FERN e Les Amis de la Terre.

Lang, C. 2022. [Big polluters, carbon offsetting and REDD+](#) Em Cabello, J. and J. Kill, Eds. 15 years of REDD: A mechanism rotten at the core. World Rainforest Movement.

Lemmerich, P. 2023. [Explainer: Cabo Delgado – Grounds for conflict](#). Climate Justice Central, Dismantling the fossil fuel industry reporting project.

Lutz, S. 2023. [High integrity nature-based carbon offsetting is vital in the fight against climate change](#). Republicação de GRID-Arendal.

Lyons, K. & Westoby, P. 2014. [Carbon colonialism and the new land grab: Plantation forestry in Uganda and its livelihood impacts](#). *Journal of Rural Studies*, 36: 13-21.

Machava, A.Z. 2023. [Balancing interests: The right to development and the national REDD+ strategy in Mozambique](#). Em: Jegede, A.O. (eds) *Implementing REDD+ in Africa*. Springer, Cham.

Meyer, V. [How we measure the carbon capture potential of forests](#). Terraformation Blog.

MITADER – República de Moçambique. 2016. [Stratégia nacional para a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, conservação de florestas e aumento de reservas de carbono através de florestas \(REDD+\) 2016-2030](#). Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural - MITADER

MITADER – República de Moçambique. 2017. [environmental and social management framework \(esmef\) for \(i\) the mozambique forest investment project \(mozfip\), \(ii\) the dedicated grant mechanism to local communities \(mozdgm\) and \(iii\) redd+ initiatives](#). Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural - MITADER

Moçambique para todos. 2023. [Moçambique tem disponíveis 45 milhões de créditos de carbono para negociar](#). Blog Moçambique para todos

Monjane, B.; Bruna, N. & Samuel, E. 2022. [The legacy of the community carbon project in Nhambita, Mozambique: Nostalgia, disillusionment and indignation](#). Em Cabello, J. and J. Kill eds. *15 years of REDD: A mechanism rotten at the core*. World Rainforest Movement.

Mullard, S. 2021. [How corruption and unequal lobbying can undermine COP26 goals – Part 1: The problem](#). CMI – U4 Anti-Corruption Resource Centre Blog.

Mutemba, S. 2023. [Funcionários-fantasma: "O problema pode ser maior"](#). DW.

Nglia, F. 2023. [Carbon trading offers rich rewards for Africa](#). African Business.

Nhampossa, A. 2023. [Western companies drill new wells in Mozambique as Europe seeks alternative sources to Russia](#). Climate Justice Central, *Dismantling the fossil fuel industry reporting project*.

Nhampossa, A. 2024. [Mozambique steps into carbon trading: Environmental hazards ahead](#). Climate Justice Central, *Dismantling the fossil fuel industry reporting project*.

O. Económico. 2023 [Há défice no quadro regulatório de captura de carbono](#).

Ponce de León Baridó, P. et al. 2023. [In the voluntary carbon market, buyers will pay for quality](#). Boston Consulting Group.

Power Shift Africa. 2023. [The Africa carbon markets initiative: A wolf in sheep's clothing](#). Power Shift Africa, 350 Africa.org, Climate Action Network Africa, Africa Water Justice Network, Muslims for Human Rights.

Raji, K. 2023. [Is carbon offset a form of greenwashing?](#) Earth.org

Ramos, M. 2022. [Luta contra corrupção em Moçambique: Analistas dizem que problema não está nas leis, mas instituições](#). VOA.

Rawoot, I. 2020. [Gas-rich Mozambique may be headed for a disaster](#). Al-Jazeera, 24 de fevereiro de 2020.

REDD Monitor. 2014. [Nine reasons why REDD is a false solution](#): Friends of the Earth International.

RFI. 2023. [Moçambique: PGR preocupada com altos índices de corrupção](#).

Schramski, S. & Neto, Cicero Pedrosa. 2023. "Carbon cowboys" chasing emissions offsets in the amazon keep forest-dwelling communities in the dark. Inside climate news.

Schran, D. 2021. [Corruption and Climate Vulnerability – A Devastating Relationship](#). Transparency International blog.

Sheehy, T.P. 2021. [Five keys to tackling the crisis in Mozambique's Cabo Delgado](#). United States Institute of Peace.

Stabinsky, D. 2021. [Chasing carbon unicorns: The deception of carbon markets and "net zero"](#). Friends of the Earth International.

Stassart, J. and Collaço, F. M. de A. 2023. [Addressing land corruption for climate justice](#). Transparency International.

Stay Grounded. 2021. [Aviation lobby using greenwashing to avoid emission cuts, warn climate organisations](#).

Stay Grounded. 2023. [Fact sheet 7 – Carbon offsets](#). Greenwashing Fact Sheet Series.

Streck, C.; Bouchon, S., Rocha, M.; Trouwloon, D. Dyck, M. & Nuñez, P. 2023. [Double claiming and corresponding adjustments: A deep dive into the double counting of emission reductions, corresponding adjustments and their implications for the voluntary carbon market](#). Climate Focus.

The Guardian. 2015. [Kyoto protocol's carbon credit scheme 'increased emissions by 600m tonnes'](#). Escrito por Neslen, A. 24 de agosto, 2015, Bruxelas.

The Guardian. 2019. [Top oil firms spending millions lobbying to block climate change policies, says report](#). Escrito por Laville, S. 22 de março, 2019.

The Integrity Council for the Voluntary Carbon Market. Sem data. [The core carbon principles](#). Website.

The Nature Conservancy. 2022. [Catalyzing carbon projects in Africa](#).

The University of British Columbia. Sem data. [Illegal logging in Mozambique](#).

Transparency International e Afrobarometer. 2019. [Global Corruption Barometer Africa 2019: Citizens' views and experiences of corruption](#).

Transparency International. 2021a. [Carbon tax fraud in France](#). Climate Governance Integrity Programme Transparency International.

Transparency International 2021b. [Corruption blindspots in international cooperation on climate action: Building governance and accountability to deliver article 6 of the Paris agreement](#).

Transparency International. 2021c. [Emission trading scandal in Slovakia](#). Climate Governance Integrity Programme Transparency International.

Transparency International. 2023a. [Motivated by corruption, land grabs contribute to increased carbon emissions and land rights violations in Brazil's savannah](#). Climate Governance Integrity Programme Transparency International.

Transparency International. 2023b. [Alleged sextortion in key carbon off-setting project in Kenya](#). Climate Governance Integrity Programme Transparency International.

Transparency International. 2023c. [Marginalised communities in Northern Kenya kept in dark about a key carbon offsetting project](#). Climate Governance Integrity Programme Transparency International.

Trindade, J. 2020. [Rule of law and judicial independence](#). United Nations World Institute for Development Economics Research, WIDER Working Paper 2020/134.

UNDP. 2011 [Staying on track: Tackling corruption risks in climate change](#). United Nations Development Programme.

UNDP. 2022. [What are carbon markets and why are they important?](#)

UNDP. 2023a. [Enhancing climate change transparency: How developing countries are taking action](#). United Nations Development Programme.

UNDP. 2023b. [UNDP's High-integrity Carbon Markets Initiative](#). United Nations Development Programme.

CQNUAC. Sem data. [The Paris Agreement](#). Website da CQNUAC.

United Nations. Sem data. [Greenwashing – the deceptive tactics behind environmental claims](#).

US Embassy Maputo. 2023. [US government launches platform to bring Mozambique into the profitable carbon capture market](#). Comunicados de imprensa.

Wheatland, B. 2016. [Corruption risks and mitigation measures in land administration](#). U4 Expert Answer. Transparency International e U4.

Banco Mundial. 2021. [Healthy forests are fertile ground for carbon markets](#).

World Rainforest Movement. 2019. [Moçambique: The threat of Biodiversity "Offsets"](#) World Rainforest Movement Bulletin 243.

World Rainforest Movement. 2020. [What could be wrong about planting trees: The new push for more industrial tree plantations in the Global South](#). Montevideu, Uruguai.

World Rainforest Movement. 2023. [Rubber tree monoculture plantations in communal territories in Mabu, Mozambique: Concession of injustices](#). World Rainforest Movement Bulletin 265.

Zitamar News. 2023. [Shipping giant Maersk found sailing illegal timber from Mozambique to China](#).

ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Todas as opiniões apresentadas neste texto pertencem aos respectivos autores e podem ser diferentes das políticas das agências parceiras do U4.

AGÊNCIAS PARCEIRAS

GIZ/BMZ (Alemanha), Global Affairs Canada, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Danida (Dinamarca), Sida (Suécia), SDC (Suíça), Norad (Noruega), UK Aid/FCDO.

SOBRE O U4

O serviço de assistência de anticorrupção U4 é um serviço de investigação gratuito exclusivamente para o pessoal das agências parceiras U4. Este serviço é uma colaboração entre o U4 e a Transparency International (TI) em Berlim, Alemanha. Os investigadores da TI são responsáveis pelo serviço de assistência.

O U4 Anti-Corruption Resource Centre partilha investigação e evidências para ajudar os agentes de desenvolvimento internacional a obter resultados sustentáveis. O centro faz parte do Chr. Michelsen Institute (CMI) em Bergen, Noruega – um instituto de investigação sobre desenvolvimento global e direitos humanos.

www.U4.no

U4@cmi.no

PALAVRAS-CHAVE

Moçambique – clima

ACESSO ABERTO

Aplicamos uma licença Creative Commons às nossas publicações: CC BY-NC-ND 4.0.

